



GT 22 – Movimentos Sociais Contemporâneos

**Coordenação: Maria da Glória Gohn (UNICAMP) e Breno Bringel (IESP-
UERJ)**

**MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA:
DIÁLOGOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES**

Rodrigo Chaves de Mello (UEVA)

Filha diletta da modernidade, a sociologia sempre buscou ancorar a legitimidade de seu discurso científico ao demonstrar capacidade de se colocar no debate público atualizando suas premissas e categorias interpretativas a partir do diálogo com os dilemas que atravessam os mecanismos de institucionalização da realidade. Neste esteira, poderíamos dizer que o desafio premente à consolidação da sociologia foi o de conectar suas intuições reflexivas com os processos concretos de transformação da realidade, com eles dialogando e, no limite, sobre eles intervindo. Todavia, nos dias que correm, parece-nos que este nexos, ao menos no que diz respeito aos desafios que interpelam o campo político democrático, encontra-se cada vez mais enfraquecido. Como que em rota inversamente proporcional, fica-nos a impressão de que o avanço dos processos econômicos e políticos que redesenharam a ordem social global tem-se feito acompanhar por uma paulatina retração da vocação da sociologia em se postar enquanto interlocutora

pública autorizada a informar horizontes políticos mais democráticos, justos, solidários e fraternos.

Com efeito, a hipótese que guiará esta exposição aponta para a existência de um circuito de retroalimentação entre o encolhimento do poder analítico e da autoridade pública da imaginação sociológica e os contornos que configuram o cenário da atual crise de representação política. Em outras palavras, argumentaremos que a atual crise da representação política guarda seu grau de radicalidade não apenas ao apontar à eventual deficiência das instituições políticas em capturar os desejos, esperanças e anseios que atravessam e estruturam o tecido social, mas fundamentalmente por se desdobrar em uma crise epistemológica que estaria a desafiar, em sua capacidade de respostas, as categorias tradicionalmente mobilizadas pelas ciências sociais para a compreensão e diálogo com o político. Assim, das instituições às intuições e do social à sociologia, ao pensar o contexto da crise da *representação política*, nos interessaremos por refletir sobre como este tema nos desvela uma crise das tradicionais categorias analíticas de *representação da política*.

Como via para perseguir esta hipótese, mobilizaremos como pano de fundo de nossa explanação alguns dos sentidos e desafios políticos trazidos à baila por um conjunto de movimentos sociais contemporâneos que, em nosso entendimento, tem encontrado nos déficits da representatividade terreno fértil tanto para a contestação dos mecanismos que organizam a política atual, quanto para a experimentação e inovação de formas organizacionais, associativas e participativas moduladas em chaves democráticas radicais. Assim, através da atenção a estes movimentos, gostaríamos não apenas de circunscrever o atual ciclo do protesto social como um sintoma privilegiado de acesso aos dilemas postos pela crise da representação política, mas também de toma-los como matéria de reflexão acerca das possibilidades de encontrarmos em suas bandeiras e performances a indicação de caminhos razoáveis tanto para a renovação da política democrática, quanto para a oxigenação das nossas agendas sociológicas.

Contudo, antes de adentrarmos a discussão propriamente dita, e como uma derivação da hipótese geral, gostaria de plantar alguns elementos que, em nosso entender, estruturam e operacionalizam isto que estamos a chamar de crise da representação política. Na leitura que propomos, este processo definir-se-ia pela conjugação de ao menos três elementos, a saber: i) a diminuição da capacidade das instituições políticas estabelecerem vínculos de adesão satisfatórios com o corpo dos cidadãos; ii) a diminuição da relevância pública das entidades políticas – em especial os partidos e sindicatos - que,

ao longo do século XX, balizaram o avanço da democracia de massas ao se prestarem como agência prioritária à catapultação de projetos de empoderamento coletivo e transformação social; iii) a redefinição do Estado-Nação como instância central a referenciar a mobilização das lutas democráticas em um contexto de avanço da globalização econômica.

Isto posto, a exposição que segue se dividirá em torno de três brevíssimos movimentos, destinando o primeiro a uma sucinta caracterização do atual ciclo do protesto social, o segundo à apreciação dos contornos do núcleo central de definição da imaginação sociológica moderna e, finalmente, a exposição das potencialidades emanadas pelos temas do direito a cidade e do municipalismo libertário tanto para redefinição do lugar da política na sociedade contemporânea, quanto para a renovação da imaginação sociológica.

* * *

Ao longo das últimas décadas, a política global vem experimentando um desafio de largo impacto e que tem, nas bandeiras levantadas por um novo conjunto de movimentos sociais, o seu mais notável sintoma. Do levante zapatista, em fins do século XX ao *que se vayan todos!* Argentino, em 2001. **Dos protestos que em 2003, articularam indígenas e operários e palmilharam caminhos para a constituição do estado plurinacional boliviano.** Dos manifestantes egípcios na Praça Tahrir, **aos gregos na sintagma** e aos indignados espanhóis na *Plaza Puerta del Sol*, em 2011. Da ocupação de *Wall Street* à tomada das ruas brasileiras, em junho de 2013. Em que pesem as diferenças próprias aos contextos de cada um destes movimentos, em todos eles faz-se patente a identificação de um horizonte comum ao qual todos apontam e a partir do qual todos se motivam. Isso porque, todos eles acusam a profundidade da crise dos estatutos de configuração da representação política, crise esta que estaria a afetar, de modo radical, os nexos de vinculação entre as instituições do Estado e a Sociedade, e que, no limite, condenaria a validade do desenho democrático.

Desta forma, entendemos que na esteira de suas ações, estes movimentos sociais, ao reivindicarem mais democracia, trazem à baila elementos que apontam para rupturas discursivas com a gramática de normatização da democracia contemporânea, em especial

com os limites e contornos estabelecidos pelo desenho do Estado Democrático de Direito. Diante deste dado cabe-nos a questionar: mas afinal, *o que significa pensarmos a democracia para além do estado de direito? A quais os direitos que estes movimentos vislumbram ao dissociarem democracia e estado? A quais instituições acusam o acaso quando ocupam as ruas para clamar por “¡Democracia real ya!”*? Na fronteira entre os séculos que consolidaram a suposta superioridade da democracia formal sobre outros arranjos de governo, qual o significado da enérgica defesa feita por estes movimentos acerca da necessidade de aprofundamentos democráticos concretos, substantivos e reais? Estaria a atual morfologia da contestação social a nos trazer ao centro da batalha entre democracia e democracia?

Em nosso entender, a chave para a compreensão destas questões reside no fato de que ao articularem a aporia entre os limites e limitações inerentes a vida democrática formal com os anseios e expectativas perspectivados em módulos mais participativos e abertos próprios a um horizonte democrático substantivo, vibrante e radical, estes movimentos articulariam o conjunto de suas práticas, performances e valores em torno da interdição da continuidade imediata entre estado e democracia. Com efeito, podem eles perspectivar que mais do que um leque de procedimentos e obrigações secretadas pelo estado através de suas instituições, a democracia se define como um movimento constante de alargamento de si sobre si dinamizado pelo tecido social em sua busca por ampliação das arenas e esferas de participação política

Assim, cotejando horizontes de radicalização e aprofundamento da democracia a partir das linhas de ação coletiva galvanizada *desde abajo*, o atual ciclo do protesto social avançaria sobre o questionamento acerca da suposta cumplicidade ontológica estabelecida pela modernidade entre democracia e estado¹, encontrando assim uma brecha plausível tanto para questionar os limites do estatuto da representação política enquanto artifício adequado para a condução da democracia em sociedades plurais e complexas, quanto para experimentar e arriscar a constituição descentralizada de arenas e circuitos alternativos de poder e gestão da política comunal operacionalizadas para além dos escaninhos da razão estatal.

¹ A defesa do Estado de Direito como adequado codificador das pulsões políticas gestadas na sociedade constitui uma das viga-mestras de sustentação do edifício moderno. Sobrepondo a cerebrina razão pública à colérica ordem das paixões individuais e coletivas, esta proposição configura-se como ponto central das obras de Kant e Hegel, autores que melhor representam a síntese de nosso pensamento político

Com efeito, reivindicando as *dimensões para além do estado* como o lócus por excelência de realização da democracia real, os movimentos sociais contemporâneos, deslocando as interpretações que conferem centralidade e protagonismo às instituições no condução política da vida social, convidam-nos a pensar a política como uma atividade correlacionada a articulação dos vínculos através dos quais a comunidade encontrará seu termo. É neste sentido que tem sido comum observarmos no cotidiano de suas ações não apenas aposta em mecanismos decisórios embalados por participação ampliada, igualitária e colaborativa, tais como as assembleias, mas também a exaltação de uma cultura de valorização das relações não hierárquicas e horizontais. Mas talvez seja também por este fator que celebra a mobilities associativos e comunitários como dimensão de primeira grandeza na condução da política que cada vez mais observemos tanto a constituição de plataformas políticas organizativas operadas fora do radar dos partidos políticos – o que ilustraria o caso dos coletivos -, quanto a criação de uma espécie de “rede global de contágios, influências e reciprocidades” tecida entre os diversos movimentos que respondem pelo recente ciclo do protesto social.

Sendo aceita a hipótese de que a crise da representação política estrutura-se em torno da conjugação de fatores descritos acima – diminuição dos nexos de adesão entre cidadãos e instituições, o ocaso das entidades políticas tradicionais e a retração do Estado-Nação como referente das mobilizações democráticas -, seria razoável ponderarmos sobre eventuais impactos que a falência da representação imprimiria à imaginação sociológica. A hipótese aqui é que, mesmo que em graus variados, as principais escolas e narrativas sociológicas forjadas ao longo dos séculos XIX e XX depositaram suas esperanças de interpretação e intervenção sobre o mundo social considerando justamente a relevância e a primazia dos constructos políticos que hoje estão postos em xeque pelas ruas. Assim, ao defender a existência de um circuito que articularia a contiguidade entre a falência da representação política e a hipertrofia da capacidade analítica e interventiva da sociologia sobre a realidade, proponho que a crise política em tela ganha cores de dramaticidade inéditas ao se desenrolar em um contexto no qual não encontra na sociologia (entendida

aqui como privilegiada instância metalinguística de reposição e doação de sentido ao mundo social) uma interlocutora capaz de propor horizontes futuros.

Aqui, declinando da pretensão de fazer um inventário das correntes sociológicas do último século e meio, ao considerar os eventuais abalos sobre o que estou chamando de imaginação sociológica, tenho em mente o núcleo central dos principais paradigmas ofertados pelos nossos autores canônicos que, mesmo que em perspectivas variadas e com horizontes normativos distintos, assentam seus exames acerca da realidade política apostando fichas em um grau de sintonia mais ou menos coercitivo e/ou mais ou menos virtuoso, na conexão entre instituições políticas e a condução/conformação da vida social. Sobre este terreno, encontramos, por um lado, tanto a defesa durkheimiana acerca do desafio moderno de, contra os riscos do individualismo radical e do esgarçamento do tecido social, produzir instituições públicas capazes adensar os vínculos de solidariedade entre cidadãos definidos pelo compartilhamento de uma cultura cívica e moral salutar, e por outro, o diagnóstico weberiano acerca dos nexos entre o avanço dos processos multifacetado de racionalização da vida social e o estabelecimento dos estatutos de dominação em torno do quais ancora-se o Estado Moderno. Também nesta seara nos vemos as voltas com muitos desdobramentos da tradição marxista que apontaram o Estado como elemento, em última instância, de articulação, atualização e legitimação das relações sociais de exploração e, com vistas a este diagnóstico, necessidade de organização das classes proletárias em partidos e instituições de vanguarda, que como ponta de lança histórica, destinar-se-iam a tomada e redefinição do poder estatal.

Supondo a plausibilidade das hipóteses que nos guiaram até aqui, estaríamos diante de um cenário onde as ruas, através das bandeiras demandadas pelo atual ciclo do protesto social, demandam o aprofundamento das formas de vida democráticas para além dos crivos que tradicionalmente ensejaram os móveis da representação política. E é com vistas a este cenário que visualizo a extensão de um convite urgente e necessário para a renovação de agendas e pautas de investigação que sejam capazes de redefinir o local da

sociologia enquanto privilegiada agência de interlocução com os desafios políticos que nos cercam.

Na esteira dos novos movimentos sociais, penso que haja um convite para o resgate a tradições não hegemônicas, marginais e subalternizadas do pensamento social, em especial em suas vertentes anti-estatais, para via para reoxigenar nossos e conferir maior vitalidade aos nossos debates.

É com vistas a este resgate que gostaria de trazer a discussão o tema do municipalismo libertário proposto pelo anarquista social Murray Boockhin.

A tese de boockhin aponta que no interior de uma tradição política hegemonzada pelo estado, a vida política da cidade e de seus habitantes resume-se a uma chave passiva na qual a cidadania esgota-se em torno da figura do eleitor, onde a própria cidade deixarei de ser um espaço efetivo de construção da política para se tornar uma dimensão delegativa de autorização política para instância hierarquicamente superiores a ela. O efeito nefasto desta operação se manifestaria na dissolução dos vínculos comunitários e na constituição de formas vida solipcista o que terminaria por fazer da cidade um simples espaço de aglomeração monádica de indivíduos.

É contra este cenário que ele propõe a tese do municipalismo libertário apostando sua ficha na geração de espaço políticos de deliberação baseados em núcleos decisórios articulados por bairros, comunidades, vizinhas, etc, produzindo assim, em contraposição as formas passivas de cidadania, uma cidadania baseada e formas éticas e regionais de associação. Assim, contra a ideia da cidade como simples aglomeração monádica de indivíduos apresentam-se a proposta da cidade como ator geopolítico alimentado por formas de cidadania ativa e participativa.

A produção da cidade como locus de uma cidadania passiva não é sem razão. Segundo Boockhin, a passivização da cidade diz respeito a a uma sobreposição vinda dos tempos clássicos da urbe sobre a civitas. Seu projeto assim parece-me voltado a recuperação da tradição da civitas. Aqui, curiosamente cita Rousseau: “Rousseau nos recuerda que «las casas forman la urbe, pero que (sólo) los ciudadanos forman la ciudad». “

Pensar as potencialidades que a administração da cidade através de assembleias autogestionadas construídas por redes de proximidade e pertença comunal nos revelaria o potencial inerente as cidades para produzir os cidadãos enquanto um corpo político dentro da

ideia de debate, de participação racional, de liberdade de expressão e através de formulas democráticas radicais de tomada de decisão. Através de um pano de fundo comunitarista, a tese aqui é a de que participação e cidadania são dimensões que se retroalimentam e se demandam mutuamente: quanto maior o grau de participação, maior será o grau de cidadania e quanto mais cidadania houver mais nichos participativos existirão. Assim, a cidade responderia ao desafio de produção de um sujeito político democrático. Através de uma administração autogestionada baseada em espaços intercomunicativos como as assembleias, encontraríamos aqui uma fonte de potencial diminuição entre os desejos e anseios dos cidadãos e as suas expectativas por realização.

Desenho de uma forma sem conteúdo: como fazer com que espaços potencialmente democratizantes como as assembleias efetivamente qualifiquem e produzam pautas democráticas efetivamente democráticas? A resposta passa pela abertura que a cultura assembleista possui de cruzar as pautas fundamentais da disputa democrática, as articulando, as transformando e as reelaborando: entre as pautas fundamentais entrariam as lutas ecológicas, feministas, minoritárias, étnicas, contraculturais, mas também as demandas redistributivas próprias ao terreno da luta de classe etc. a cultura assembleista possibilitaria a constituição de uma cadeia de equivalente entre diversas frentes de luta por direitos, possibilitando assim o avanço democrático.